



Renan Calheiros anuncia pacto em defesa do emprego

Presidente do Senado e do Congresso Nacional detalhou no Dia do Trabalho medidas para garantir a manutenção e a ampliação das vagas de emprego

Entre as propostas apresentadas na sexta-feira, 1º de maio, estão o veto a qualquer regra que prejudique o trabalhador, a criação de estímulos a empresas que criarem mais empregos, a oferta de crédito a juros menores pelos bancos públicos, a desoneração de atividades que geram postos de

trabalho e a fixação de meta de emprego, a serem perseguidas assim como já acontece com as metas fiscal e de inflação. As sugestões de Renan deverão ser debatidas em sessão temática sobre crise e desenvolvimento na quarta-feira. O Dia do Trabalho foi tema de vários discursos em Plenário. **4 e 5**



Renan Calheiros apresenta medidas para o pacto em defesa do emprego no estúdio da TV Senado

Jonas Pereira/Agência Senado

Começa hoje processo eletrônico de tramitações no Senado **2**

Repressão policial a professores no Paraná gera nota de repúdio **12**



Duas décadas com o Senado na primeira página

O **Jornal do Senado** completa hoje 20 anos e prepara exposição, encarte, vídeo e aplicativo com todas as capas publicadas no período.

Associações poderão fazer gestão de planos de saúde

Segue para sanção projeto que dispensa entidades como sindicatos e associações da obrigação de criar pessoas jurídicas independentes com a função exclusiva de operar planos privados de assistência à saúde. A autoges-

tão de planos de saúde, aprovada quinta-feira pelo Senado, possibilita um custo menor que o das empresas abertas ao mercado de consumo e emprega recursos dos participantes na medida justa para o sustento do plano. **10**

Brasil conseguiria repatriar US\$ 60 bi com mudança na legislação, diz jurista

Na CPI do HSBC, o professor da USP Heleno Torres disse que o Brasil deveria adotar a estratégia dos EUA, que cobram alíquota de 30% e extinguem a punibilidade fiscal para o cidadão que repatria o dinheiro enviado ao exterior ilegalmente. Amanhã a CPI deverá ouvir o presidente do HSBC no Brasil, André Guilherme Brandão. **3**



Heleno Torres disse apoiar projeto de Randolfe, que modifica a legislação

Edilson Rodrigues/Agência Senado

ARQUIVO **S**



Arquivo Público Rio de Janeiro

O Monroe em 1904, durante a Exposição Universal de Saint Louis, nos EUA

Era uma vez um palácio

A mudança do Senado para a segunda sede, o Palácio Monroe, completou ontem 90 anos. O prédio foi originalmente construído nos EUA, em 1904, como o pavilhão brasileiro na Exposição

Universal de Saint Louis. Depois, foi reerguido no Rio. Recebeu o Senado em 1925. Ao perder a Casa, com a mudança para Brasília, entrou em decadência. Acabou demolido em 1976. **6 e 7**

ACONTECEU NO SENADO

Plenário aprova novo índice para dívida de estados

A semana passada foi marcada por votações importantes no Senado, como a medida que alivia as finanças dos governos estaduais e dos municípios nos débitos com a União. **12**

AGORA É LEI

Lei 13.002/2014



O teste da linguinha nos recém-nascidos agora é obrigatório nas maternidades de todo o país.

Com ele o médico vai determinar se a criança tem língua presa, o que pode prejudicar a fala e a amamentação.

O teste é mais uma conquista para uma saúde pública eficiente e um futuro mais seguro para as nossas crianças.

Saiba mais em: www.senado.leg.br/agoraelei



Senado Federal | Senado | Publicidade e Marketing

Estima-se economia anual de cerca de R\$ 1,3 milhão com a implantação do novo sistema digital de tramitação de documentos, que elimina o uso de papel na administração da Casa e reduz burocracia



Renan Calheiros (2º à esq.) anunciou implementação do sistema em seminário promovido pelo TCU e pelo Executivo

Senado inaugura processo eletrônico de tramitação

O SENADO IMPLANTA hoje o processo eletrônico de tramitação de documentos. A partir desta semana, toda a produção, tramitação e gestão de documentos será feita em meio digital, eliminando o uso de papel na administração da Casa. Estima-se uma economia anual de cerca de R\$ 1,3 milhão, gasto atualmente com papel, impressão e outros insumos.

Mais do que a economia em dinheiro, a expectativa é de grande economia também em tempo e burocracia, já que o andamento de cada processo será instantâneo a cada etapa cumprida na tramitação. Além disso, será possível o acesso simultâneo em diferentes setores, facilitando as análises e despachos, como também acessos a processos de fora do Senado, por meio da internet.

— Tal providência nos permitirá mais redução de custos financeiros, aumento da segurança, preservação ambiental, maior celeridade na tramitação dos documentos e, principalmente, mais

eficiência administrativa. É o que propusemos desde o início de nossa gestão na Presidência do Senado. Fazer mais com menos — explicou o presidente da Casa, Renan Calheiros, em 23 de abril, ao falar do novo sistema na abertura do seminário Brasil 100% Digital, promovido pelo Tribunal de Contas da União (TCU) e pelo governo federal.

Sustentabilidade

A diretora-geral, Ilana Trombka, afirmou que o Senado se inclui entre as organizações mais modernas do país e entra em novo momento, adotando postura sustentável, eficiente e controlada.

— É importante frisar que esse trabalho foi feito com custo mínimo, pois utilizamos apenas recursos próprios, como o sistema Sigad [Sistema Informatizado de Gestão Arquivística de Documentos] e as certificações digitais, a partir de uma autoridade certificadora interna — assinalou.

A implementação do proces-

so eletrônico no Senado teve início em abril de 2012, com a aquisição do Sigad. Em agosto de 2013, o sistema foi implantado em sua primeira fase, a de tramitação dos processos.

— De agosto até agora, a adoção do Sigad reduziu em 55% a produção de processos na Casa e em 22% as etapas de tramitação de cada processo — afirmou Wênis de Almeida, coordenador de Arquivo da Secretaria de Gestão da Informação e Documentação e um dos responsáveis pela implantação do sistema.

Nesta etapa, os novos processos serão inteiramente digitais. A troca do papel pelo meio digital exigiu que servidores efetivos e comissionados obtivessem assinatura eletrônica para as certificações do fluxo de documentos. Também foram capacitados mais de 1,5 mil servidores.

A próxima fase será a adoção dos formulários digitais e a expectativa é de que até o final do ano a implantação do sistema esteja concluída.

O trabalho dos senadores em 100 imagens de 2014

Foi inaugurada na quarta-feira e segue até 17 de maio a exposição *100 fotos 2014*, que traz o dia a dia do Senado registrado pela Agência Senado. A mostra anual, realizada pela quarta vez, está instalada no final do Túnel do Tempo.

Os critérios de escolha das fotos consideram qualidade estética e atividades de maior relevância e repercussão. Estão representados debates e aprovação de leis como a PEC do Trabalho Escravo, o Marco Civil da Internet e o novo Código de Processo Civil, além de visitas de celebridades.

Elmano Férrer (PTB-PI) prestigiou o evento e falou sobre a importância do fotojornalismo.

— São os profissionais do



Elmano Férrer, as diretoras Virginia e Ilana e servidores abrem a mostra

fotojornalismo que registram a história e eu tenho orgulho em ter nesta Casa os melhores comunicadores do Brasil.

Para a diretora da Secretaria de Comunicação Social (Secom), Virginia Malheiros Galvez, esta é uma das principais atividades da Casa.

— Todos os dias os fotógrafos vão a campo, correm pra acompanhar e registrar tudo, sempre com a consciência da importância histórica desse trabalho — elogiou.

Acesse a seleção de imagens: <http://bit.ly/100fotos2014>

Casa economiza R\$ 7 milhões em licitações de janeiro a abril

O Senado poupou R\$ 7 milhões de dinheiro público nos quatro primeiros meses de 2015. De acordo com a diretora-geral da Casa, Ilana Trombka, a economia é resultado de negociações nos preços dos contratos durante as licitações. O resultado foi apresentado na quinta-feira à Comissão Diretora, presidida por Renan Calheiros.

Projetos básicos mais bem elaborados e a integração da comissão permanente de licitações com as áreas técnicas do Senado são alguns

dos fatores que garantiram a economia.

— A união desse trabalho tem dado ótimos resultados. Como estamos conseguindo licitar melhor e gastar menos, quanto mais eu licito, mais eu economizo — afirmou Ilana.

A economia obtida vai na direção da racionalização e eficiência administrativa do Senado, um dos objetivos estratégicos aprovados pela Comissão Diretora, que aprovou os primeiros passos da revisão do planejamento estratégico da Casa.

AGENDA

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço: <http://bit.ly/agendaSenado>



SEGUNDA	PLENÁRIO Sessão não deliberativa 14h Sessão para pronunciamentos e comunicados da Mesa.	MP 664 Direitos trabalhistas 14h30 Comissão vota relatório sobre a MP que promove mudanças na pensão por morte e no auxílio-doença.
	CONGRESSO João Goulart 11h Sessão solene para homenagear o presidente João Goulart. Também será celebrado o Dia do Trabalho.	MP 663 BNDES e Finep 15h Análise do relatório sobre a MP que aumenta o limite de repasse da União ao BNDES e à Finep.
	CRA Placa para trator 16h30 Debate interativo trata da MP 673/2015, que dispensa o licenciamento e o emplacamento de tratores.	CI/CDR Ministro Eliseu Padilha 8h30 As comissões promovem debate com o ministro de Aviação Civil, Eliseu Padilha, para debater metas da pasta.
TERÇA	CDH Aborto pelo SUS 9h Audiência pública interativa debate a Sugestão 15/2014, que regula aborto pelo SUS até 12 semanas de gestação.	CAS Seguro por desastre 9h Reunião com 8 itens analisa o PLS 36/2011, que trata do seguro-desemprego em situação de calamidade.
	CCT Gasto com publicidade 9h Pauta com 27 itens inclui o PLS 178/2013, que regulamenta os gastos com publicidade pelo poder público.	CCJ Licitação da Petrobras 10h Na pauta 16 itens, está o PDS 197/2014, que susta os efeitos do decreto que criou a licitação simplificada para a Petrobras.
	CMA Telefonia 9h Entre os 19 itens, está o PLS 224/2014, que garante ao usuário de telefonia cancelar serviços por telefone ou internet.	CDR Salva-vidas 10h Comissão analisa 12 itens, entre eles o PLC 48/2014, que obriga a presença de salva-vidas em locais aquáticos.
QUARTA	CAE Cardápio em braile 10h Pauta com 13 projetos inclui o PLC 48/2011, que obriga bares e restaurantes a oferecer cardápio em braile.	PLENÁRIO Crise e desenvolvimento 11h Sessão temática para debater a crise econômica e as perspectivas a longo prazo para o desenvolvimento do país.
	CE Prêmio de poesia 11h Entre os 11 itens da pauta, está o PRS 58/2014, que institui o Prêmio Mérito Literário Manoel de Barros de Poesia.	MP 671 Bom Senso FC 14h Audiência sobre a MP que trata do futebol tem a participação de representantes do Bom Senso Futebol Clube.
	MP 671 Especialistas em futebol 14h A comissão que analisa a MP do Futebol ouve os especialistas do esporte José Luiz Portella, Walter Mattos, Pedro Trengrouse e Amir Somoggi.	MP 668 Imposto sobre importação 14h30 Análise do relatório sobre a MP 668/2015, que aumenta alíquotas de PIS e Cofins sobre importação.
QUINTA	CPI DO HSBC Presidente no Brasil 14h30 Audiência pública da CPI terá a participação do presidente do HSBC Brasil, André Guilherme Brandão.	CRE Situação da Venezuela 10h Debate interativo sobre a situação da Venezuela com Lilian Tintori e Mitzy Capriles, esposas de políticos presos.
	CCAI Ministro José Elito 14h30 Comissão que trata das atividades de inteligência ouve o ministro de Segurança Institucional, José Elito.	MULHER Atenção obstétrica 10h A Procuradoria da Mulher promove debate interativo sobre a violência na atenção obstétrica.

SESSÃO ON-LINE

Confira a íntegra das sessões no **Plenário**: <http://bit.ly/plenarioOnline>

Confira a íntegra das sessões nas **comissões**: <http://bit.ly/comissoesOnline>

TV SENADO

A TV Senado transmite a partir das 9h, segundo o Regimento Interno e o Ato 21/2009 da Comissão Diretora, a **sessão plenária**. As reuniões podem ser acompanhadas ao vivo pela internet (www.senado.leg.br/tv) e, em Brasília, pela TV Senado Digital, nos canais 51.1 a 51.4.

Para professor da USP, ação seria possível caso Brasil adotasse legislação igual à dos Estados Unidos, que extinguem punibilidade para o cidadão que recolocar o dinheiro evadido no país e cobram taxa de 30%



Paulo Rocha (C) preside a reunião, entre Heleno Torres, senadores Randolfe e Ferraço e Wilson Rodrigues, da Polícia Federal

Jurista diz a CPI que Brasil poderia repatriar US\$ 60 bi

O PROFESSOR DE direito financeiro da Universidade de São Paulo (USP) Heleno Torres afirmou na quinta-feira à CPI do HSBC que o Brasil poderia repatriar cerca de US\$ 60 bilhões se mudasse a legislação relacionada à evasão de divisas. Para ele, o país deveria adotar a estratégia dos Estados Unidos, que cobram alíquota de 30% e extinguem a punibilidade fiscal para a evasão se o cidadão americano decide recolocar no país o dinheiro que havia sido ilegalmente enviado ao exterior.

O jurista manifestou apoio ao PLS 126/2015, de Randolfe Rodrigues (PSOL-AP), vice-presidente da CPI, que muda a legislação de combate à evasão de divisas.

Segundo estimativas, brasileiros têm cerca de US\$ 500 bilhões de dólares em contas no exterior, continuou o professor. Legislação semelhante à adotada pelos EUA poderia render cerca de US\$ 60 bilhões ao governo brasileiro.

— Três vezes o ajuste fiscal do Levy [ministro da Fazenda], e não precisaria cortar os direitos dos trabalhadores — afirmou Randolfe.

Torres avalia que o Brasil não está atrasado no combate a crimes de evasão fiscal e lavagem de dinheiro. Muitos países, disse, só adotaram regulações mais rígidas a essas práticas após a crise financeira global de 2008.

Ele lembra que o governo brasileiro assinou três tratados internacionais sobre trocas de informações bancárias que municipalizam o Estado no combate à sonegação e outros delitos. Um deles, o Fatca, envolve a troca de dados bancários com autoridades norte-americanas e passará a valer já a partir de setembro.

O país também assinou dois tratados multilaterais com o Fórum Global da Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômico (OCDE), que possibilitará a re-

ciprocidade no acesso à troca de informações bancárias com autoridades de 125 nações. O acordo, se aprovado pelo Congresso, valerá a partir de 2018.

— Serão informações disponibilizadas on-line, inclusive sem necessidade de pedido formal — lembrou o professor.

O outro participante da reunião, Wilson Rodrigues, responsável pela investigação de crimes financeiros

na Polícia Federal, lembrou que também aguarda acesso à lista completa de brasileiros com contas no HSBC de Genebra para aprofundar as investigações. Ele garantiu que, havendo autorização judicial, poderá compartilhar as informações com a CPI do HSBC, que é presidida por Paulo Rocha (PT-PA) e tem como relator Ricardo Ferraço (PMDB-ES).

Comissão adia o depoimento do presidente da filial do HSBC no país

Ainda não tem data o depoimento do pivô do swissleaks, o vazamento de informações sobre milhares de contas secretas na filial suíça do HSBC. Mas a CPI aprovou na quinta o convite ao ex-funcionário do banco Hervé Falciani, que vazou a lista de correntistas para o Consórcio Internacional de Jornalistas Investigativos. Falciani já teria sinalizado querer cooperar com as investigações brasileiras.

— Falciani já declarou à imprensa que quer colaborar com o Brasil. Nós precisamos do acesso à fonte de dados para que possamos aprofundar as investigações — disse Randolfe Rodrigues.

A CPI do HSBC também remarcou para amanhã o depoimento do presidente do banco no Brasil, André Guilherme Brandão. Inicialmente previsto para a semana retrasada, foi adiado a pedido do próprio depoente.

— Inicialmente havíamos aprovado convocação ao presidente do HSBC; foi transformado em convite e esperamos agora que ele possa vir — disse Randolfe.

O senador lembrou que dos últimos 20 escândalos no país, como o petrolão, o metrô de São Paulo e o mensalão, todos têm nomes listados como detentores de

contas naquele banco.

O relator, Ricardo Ferraço, declarou que o depoimento de Brandão pode ajudar no andamento dos trabalhos.

— O HSBC já é réu na França, Dinamarca e Grécia, que já conseguiram repatriar recursos. Clientes brasileiros estão entre os que mais tinham contas na agência em Genebra — lembrou.

Os senadores estão preocupados, pois o secretário nacional de Justiça, Beto Vasconcelos, disse ao jornal *O Estado de S. Paulo* que acordos bilaterais com a França impedem o compartilhamento de informações com a CPI. Comitiva do Ministério da Justiça e o procurador-geral da República, Rodrigo Janot, estiveram reunidos com autoridades francesas para tratarem do tema. Por isso, a CPI aprovou requerimento de Ferraço solicitando ao Ministério da Justiça o compartilhamento das informações — na prática, a lista de brasileiros com contas no HSBC de Genebra, cerca de 8,5 mil. Também foi aprovado requerimento de compartilhamento de dados com a Procuradoria-Geral da República e outro solicitando informações sobre 342 brasileiros já investigados pelo Coaf que tiveram as contas reveladas.

Ferraço cobra fábrica de fertilizantes da Petrobras no Espírito Santo

Ricardo Ferraço (PMDB-ES) deve se encontrar na próxima semana com o presidente da Petrobras, Aldemir Bendine, para cobrar o início das obras de uma fábrica de fertilizantes no Espírito Santo.

O senador lembrou que o projeto foi acordado entre a estatal e o governo do estado, que adquiriu terreno para isso e fez investimentos, como a concessão de incentivos e atrativos fiscais.

Para Ferraço, as denúncias de corrupção na Petrobras não podem afetar o projeto. Além disso, lembrou que o Brasil depende da importação de fertilizantes para a agricultura e a produção interna traria um grande benefício à economia do país.

— Há viabilidade de um projeto como esse lá no Espírito Santo, que está no plano de negócio da Petrobras há mais de quatro anos.

Dário Berger protesta contra desativação de unidade da estatal em Santa Catarina

Dário Berger (PMDB-SC) protestou contra a notícia de que a Petrobras vai desativar uma unidade de exploração em Itajaí (SC), responsável pela produção diária de 73 mil barris de petróleo.

O senador informou que a unidade gera 7,5 bilhões de dólares por dia.

— Peço atenção mais acurada das autoridades res-

ponsáveis por nossa produção mineral, especialmente os envolvidos com a área de produção de petróleo, que reflitam sobre essa medida e

que constatem a importância que Itajaí conquistou no cenário nacional, que alcançou o quinto lugar em produção na Petrobras e que, com esse desempenho, não faz sentido a sua desativação — afirmou.

Simone Tebet reclama de interrupção de obra pela empresa em Mato Grosso do Sul

Simone Tebet (PMDB-MS) mostrou-se preocupada com as obras paralisadas pela Petrobras após as denúncias de corrupção investigadas pela Operação Lava-Jato.

Na quinta-feira, ela lembrou que esteve com Waldemir Moka (PMDB-MS) na sede da estatal no Rio de Janeiro, onde se reuniu com

diretores para tratar do problema. Ela deu o exemplo de Três Lagoas (MS), onde foi prefeita, que está para receber uma fábrica de fertilizantes.

— Até novembro, estava com índice de 80% de conclusão. E aí, de um dia para o outro, interrompem-se os trabalhos: 5 mil trabalhadores demitidos — lamentou.

Ciro Nogueira destaca investimentos em construção de parque eólico no Piauí

Ciro Nogueira (PP-PI) relatou visita às obras de um parque eólico na Chapada do Araripe, no sul do Piauí. O senador elogiou o andamento das obras e a importância do parque para o estado.

De acordo com ele, a iniciativa privada investirá mais de R\$ 7 bilhões na obra, cuja primeira parte deve ser

entregue em julho.

Ciro disse que o parque eólico produzirá 10% de toda a energia eólica do Brasil. Ele acrescentou que o empreendimento já está mudando a realidade de municípios como Caldeirão Grande do Piauí, Padre Marcos, Simões, Betânia do Piauí, Curral Novo do Piauí e Marcolândia.

Raupp elogia projeto de produzir energia solar com reservatórios de hidrelétricas

Valdir Raupp (PMDB-RO) elogiou iniciativa do Ministério de Minas e Energia de implantar um projeto para produção de energia solar

utilizando os reservatórios das hidrelétricas. Ele citou reportagem do jornal *O Estado de S. Paulo* segundo a qual o ministério planeja criar grandes parques solares com

a colocação de boias com painéis solares nos lagos das usinas. O jornal informa que uma vantagem desses parques nos reservatórios é que

eles poderão usar as estruturas das hidrelétricas para a transmissão da energia solar, o que simplifica a operação e reduz seus custos, disse o senador.

No Dia do Trabalhador, Renan apresenta propostas em defesa do emprego

O senador, que preside o Congresso, sugeriu na TV Senado na sexta-feira medidas para um pacto nacional em defesa da manutenção dos postos de trabalho, ideia que havia lançado no dia anterior. Para ele, além da meta fiscal e da meta da inflação, o país precisa de uma meta de empregos

O PRESIDENTE DO Congresso Nacional, Renan Calheiros, apresentou na sexta-feira, Dia do Trabalhador, propostas que visam estimular os setores da economia a intensificar a contratação de mão de obra. Desoneração, crédito bancário e investimentos públicos fazem parte do rol de sugestões que integram o Pacto em Defesa do Emprego anunciado por Renan na quinta-feira.

— O pacto em defesa do emprego pretende aliviar as dores dos mais vulneráveis, que precisam de mais cuidados. É um pacto transitório. Só permanecerá enquanto durar a recessão, até que o Brasil volte a crescer. Temos que ter o compromisso de não criar nenhuma regra que prejudique o trabalhador e que cause dano ao emprego — explicou Renan na TV Senado. Apesar de não se traduzir de imediato em proposição legislativa, o pacto lança iniciativas que compõem uma pauta positiva em favor da recuperação dos índices de emprego, tendo como objetivo o reaquecimento da economia. Entre elas, está a manutenção de parte da desoneração da folha de pagamentos



Renan disse esperar que Dilma compre a ideia do pacto para romper com o que ele chamou de falta de iniciativa diante da crise

para os setores capazes de contratar mais mão de obra. — Por que não desonerar, de maneira definitiva e criteriosa, as atividades que gerem mais empregos? — sugeriu o presidente. No início de março, Renan devolveu ao Palácio do Planalto uma medida provisória que reduzia a desoneração já existente. O pacto também propõe que os bancos públicos ofereçam mais crédito, com juros menores,

aos setores que possam gerar mais emprego. Para o senador, as empresas que se destacarem na criação de vagas também poderiam ser beneficiadas com aumento das compras governamentais. Por fim, Renan também defendeu a fixação de uma meta de empregos a ser respeitada pela política econômica do governo. — É preciso ter meta fiscal, é preciso ter meta inflacionária,

mas devemos definir, com igual rigor, a meta de empregos, ainda mais durante o ajuste e a recessão da economia — ponderou. Renan enfatizou que o Congresso deve assumir uma postura ativa diante da crise econômica, tomando iniciativas próprias e fiscalizando o ajuste promovido pelo Executivo. Ele reforçou a necessidade de se aprimorar a qualidade do ajuste, de modo que as medidas econô-

micas tomadas não penalizem a população e que o Estado também faça sua parte. — O Congresso não será um mero espectador do ajuste fiscal. O Congresso é o próprio fiscal do ajuste. Ajuste que penaliza o trabalhador é desajuste. Ajuste digno desse nome é o que corta despesas, aumenta a eficiência, melhora a qualidade dos serviços públicos, combate o desperdício. Não podemos fazer um ajuste míope, capenga, meramente trabalhista. Nas palavras do presidente, o Legislativo agirá para proteger a classe trabalhadora e garantir uma transição menos traumática durante o período de recessão. — O Congresso está e sempre estará ao lado dos trabalhadores e contra todos aqueles que, venham de onde vierem, tentarem impor a eles mais sacrifícios, sobretudo neste momento em que a economia não vai bem — garantiu Renan.

— Essa coisa de a presidente da República não poder falar no dia 1º de maio por não ter o que dizer é ridícula. Isso enfraquece muito o governo — criticou Renan. A ideia do pacto pelo emprego, segundo Renan, é envolver todos os setores da sociedade em prol da recuperação do país. — Passaríamos a discutir uma agenda. O governo não tem agenda, não tem iniciativa — avaliou. As propostas de Renan incluídas no pacto devem ser detalhadas durante sessão temática destinada a debater a crise e as perspectivas de longo prazo para o Brasil, prevista para quarta-feira.

Panelas

Na véspera do Dia do Trabalho, durante entrevista coletiva em que falou pela primeira vez sobre a ideia de um pacto pelo emprego, Renan Calheiros disse esperar que a presidente da República, Dilma Rousseff, “compre a ideia” para romper com o “imobilismo”.

— Não há nada pior do que a paralisia, do que a falta de iniciativa, do que o vazio. Nós fizemos a democracia para deixar as panelas falarem. As panelas precisam se manifestar. Nós precisamos, todos, ouvir o que as panelas dizem. Certamente a presidente Dilma não vai falar no dia 1º de maio porque não tem o que dizer. Por isso eu estou propondo um pacto em defesa

do emprego — afirmou Renan em referência ao painel que ocorreu no Dia Internacional da Mulher durante o pronunciamento em rádio e TV da presidente.

O senador classificou de “retrocesso” e “coisa ridícula” o governo não ter o que dizer no Dia do Trabalho. Ao contrário de anos anteriores, o governo não programou para o feriado pronunciamento da presidente Dilma Rousseff em cadeia nacional de rádio e TV em 1º de maio. Em vez disso, estava previsto que ela se manifestasse por meio das redes sociais.

— Essa coisa de a presidente da República não poder falar no dia 1º de maio por não ter o que dizer é ridícula. Isso enfraquece muito o governo — criticou Renan.

A ideia do pacto pelo emprego, segundo Renan, é envolver todos os setores da sociedade em prol da recuperação do país.

— Passaríamos a discutir uma agenda. O governo não tem agenda, não tem iniciativa — avaliou.

As propostas de Renan incluídas no pacto devem ser detalhadas durante sessão temática destinada a debater a crise e as perspectivas de longo prazo para o Brasil, prevista para quarta-feira.

Requerida pelo senador Roberto Requião (PMDB-PR), a sessão deverá contar com a participação do ministro da Fazenda, Joaquim Levy; dos economistas Carlos Lessa e Marco Henrique Monteiro de Castro; do economista Arminio Fraga, entre outras personalidades.

— Qualquer proposta nessa direção que possa entrar no pacto da defesa do emprego será

Propostas do Pacto pela Defesa do Emprego

Ideia do presidente do Congresso, Renan Calheiros, é debater as sugestões com o governo federal, governos estaduais, Legislativo e empresários

- Não criar nenhuma regra que possa prejudicar o trabalhador ou causar dano ao emprego
- Propor estímulos a setores intensivos em mão de obra, como:
 - aumentar as compras governamentais das empresas que criarem mais empregos;
 - oferecer, pelos bancos públicos, mais crédito, a juros menores, aos setores com maior potencial de geração de emprego
- Desonerar de maneira definitiva atividades que gerem mais empregos e manter parte da desoneração da folha de pagamentos
- Além de estabelecer meta fiscal e inflacionária, definir meta de empregos, principalmente no período de recessão

muito bem recebida — disse Renan Calheiros.

Entre as propostas de Renan, estão a recomendação para que o governo priorize, em suas compras, empresas que criem novas vagas. O presidente do Senado também quer que seja concedida desoneração da folha para essas companhias e sugeriu aumentar o crédito da Caixa Econômica Federal, do Banco do Brasil e do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) para empresas que não fechem postos de trabalho. Ele pretende impulsionar medidas legislativas para que as empresas, sobretudo as pequenas, mantenham e criem empregos.

— Nós que defendemos meta de inflação, meta de superávit, nós temos que defender uma meta para o emprego. Se não, quem vai pagar a conta do ajuste é o trabalhador — disse.

O líder do governo no Senado, Delcídio do Amaral (PT-MS) elogiou a iniciativa de Renan, mas revelou que o governo já trabalha na elaboração de propostas que garantam a manutenção do emprego e está de olho em medidas bem sucedidas tomadas por países europeus.

— Isso está sendo trabalhado. O governo está tomando as medidas necessárias, inclusive considerando a experiência de outros países — disse Delcídio.

Terceirização

Renan também voltou a criticar o projeto de regulamentação da terceirização das atividades principais das empresas. Segundo ele, é necessário tirar os

trabalhadores da insegurança jurídica, mas não “liberar geral.” Para Renan, autorizar a terceirização das atividades-fim precariza o trabalho.

Ele insistiu que o ajuste fiscal promovido pelo governo afeta apenas o bolso do trabalhador.

— Nós que defendemos meta de inflação, meta de superávit, nós temos que defender uma meta para o emprego. Se não, quem vai pagar a conta do ajuste é o trabalhador — disse.

O líder do governo no Senado, Delcídio do Amaral (PT-MS) elogiou a iniciativa de Renan, mas revelou que o governo já trabalha na elaboração de propostas que garantam a manutenção do emprego e está de olho em medidas bem sucedidas tomadas por países europeus.

— Isso está sendo trabalhado. O governo está tomando as medidas necessárias, inclusive considerando a experiência de outros países — disse Delcídio.

Governadores e empresários poderão discutir medidas para novas vagas

Além de apresentar a proposta do pacto pelo emprego à presidente Dilma Rousseff, o presidente do Senado e do Congresso, Renan Calheiros, vai propor que os governadores conclamem empresários, sindicatos e outros setores a discutirem medidas que mantenham e criem novos postos de trabalho.

— Vou reunir os governadores para retomarmos a agenda federativa. Durante esses dias, nós votamos o comércio eletrônico e o [projeto do] indexador [das dívidas dos estados]. Na reunião, eu vou fazer um apelo para que, se esse pacto avançar, eles [os governadores] tenham também, do ponto de vista dos estados, pactos regionais pela defesa do emprego.

O comércio eletrônico a que se refere Renan Calheiros é o tema da Emenda Constitucional 87, que garante a divisão entre os estados comprador e vendedor da arrecadação do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) cobrado sobre produtos e serviços adquiridos a distância, pela internet ou por telefone. A emenda foi promulgada no dia 16 pelo Congresso.

Já o projeto do novo indexador das dívidas dos estados é o que obriga a União a colocar o índice em prática (PLC 15/2015 — Complementar). O texto seguiu para a Câmara. Renan disse esperar que seja aprovado pelos deputados e sancionado na íntegra por Dilma.

O presidente do Senado falou sobre o pacto com senadores da

Frente Progressista Suprapartidária e líderes partidários na quarta-feira.

— Estamos vivendo uma circunstância excepcional, era hora de ela [presidente Dilma Rousseff] reunir os dois Poderes, reunir o presidente da Câmara, o presidente do Senado e ela própria, para minimamente anunciar para o país um pacto pela defesa do emprego.

A sugestão de Renan vai ao encontro de uma das reivindicações da frente. Segundo o senador Lindbergh Farias (PT-RJ), a terceirização é o ponto central da pauta de discussões. O grupo, formado por 25 senadores, prioriza o debate sobre três pontos: a redução da maioria penal, o Estatuto do Desarmamento e o Estatuto da Família. Segundo Telmário Mota (PDT-RR), a preocupação é que haja tempo para uma discussão responsável.

De acordo com Lídice da Mata (PSB-BA), a frente é “progressista para dizer não a uma pauta conservadora”. A senadora também espera que o colégio de líderes e presidentes de comissões do Senado possam definir uma pauta propositiva em respostas à necessidade do ajuste fiscal. Renan pediu que a presidente Dilma diga claramente o que espera das medidas.

— Tem que dizer se é plano Levy ou plano Dilma. Esse ajuste não é ajuste fiscal. Qualquer país que faz ajuste fiscal tem que cortar no tamanho do Estado, nós temos 38 ministérios, esse é um ajuste trabalhista.

Para Viana, projeto da terceirização é um retrocesso

Jorge Viana (PT-AC) defendeu a adoção de políticas inteligentes que modernizem a legislação e gerem empregos, mas classificou o projeto da Lei da Terceirização como retrocesso nos direitos trabalhistas. Ele disse que a Câmara aprovou o texto sem ouvir a classe trabalhadora e que o Senado não pode aceitar a votação “a toque de caixa” de um projeto que torna os terceirizados “jogueteiros” dos empregadores. — Se nós modernizarmos a legislação, preservando o direito dos trabalhadores, criamos mecanismos de políticas públicas que estimulem a geração de emprego, o Brasil vai seguir sendo um diferencial no mundo. O senador reconheceu os desafios enfrentados pelo governo, mas disse que o país superará as dificuldades apoiado nas conquistas sociais dos últimos 12 anos.



Senado deve fazer alterações no texto, diz Telmário Mota

Telmário Mota (PDT-RR) manifestou a expectativa de que o Senado faça alterações no projeto que regulamenta a terceirização. Ao permiti-la até nas atividades-fim das empresas, o projeto torna precárias as relações de trabalho e retira direitos dos trabalhadores, disse. O senador lembrou que o aumento da terceirização pode reduzir salários dos trabalhadores, pois os terceirizados recebem, em média, 24% a menos que os que são contratados diretamente pelas empresas. — A CLT, os direitos garantidos na Constituição de 1988, não foram instituídos a toque de caixa. Eles foram conquistados à custa de muito suor — afirmou. Ele ainda agradeceu ao governo federal por liberar R\$ 4,6 milhões para ajudar Roraima a cobrir gastos provocados pela seca que atingiu o estado no início do ano.



Pimentel elogia fórum nacional sobre políticas de emprego

José Pimentel (PT-CE) parabenizou a presidente Dilma pelo decreto assinado na quinta-feira que cria o Fórum de Debates sobre Políticas de Emprego, Trabalho, Renda e Previdência. Integrado por representantes das centrais sindicais, aposentados e pensionistas, empregadores e governo, o evento discutirá a rotatividade da mão de obra nas empresas brasileiras. Pimentel afirmou que o Brasil tem alto índice de emprego, mas elevado grau de rotatividade entre os trabalhadores com carteira assinada. E isso causa dificuldades para o Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT), pois repercute no seguro-desemprego. — Precisamos enfrentar esse problema para que possamos ter um maior período dos trabalhadores na empresa, uma estabilidade razoável no emprego, diminuindo essa rotatividade.



Vanessa destaca importância deste 1º de maio

Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) destacou a importância do Dia do Trabalho deste ano, diante do ataque aos direitos trabalhistas contido no PL 4.330/2004, que regula a terceirização, aprovado recentemente pela Câmara. A senadora disse que estará vigilante para impedir que o texto seja aprovado como está no Senado. Ela acrescentou que a proposta tramitou por 11 anos na Câmara e agora não pode ser aprovada em poucos dias pelos senadores. — A proposta enviada pelos deputados rasga direitos, onera os cofres públicos e desequilibra de forma permanente as relações entre capital e trabalho. Nada justifica precarizar a força produtiva num período em que o Brasil apresenta baixo índice de desemprego e valorização real do salário mínimo — afirmou.



Collor faz histórico das conquistas trabalhistas no país

Fernando Collor (AL) foi à tribuna do Plenário na quinta-feira para lembrar que o PTB, ao qual é filiado, sempre foi uma referência na defesa da classe trabalhadora do país. O senador lembrou conquistas obtidas a partir do presidente Getúlio Vargas e que até hoje são usufruídas pelos brasileiros, como o salário mínimo, a jornada de oito horas e o direito a férias, a descansa semanal remunerada, a aviso prévio e a carteira de trabalho. Para o parlamentar, os trabalhadores brasileiros não têm muito o que comemorar neste 1º de maio, diante de iniciativas previstas no ajuste fiscal do governo: — Não nos cabe agora permitir, num momento de crises de toda ordem, que se imponham perdas e prejuízos aos trabalhadores — concluiu.



Hélio José: debate amplo deve permitir aperfeiçoamento

Hélio José (PSD-DF) destacou na quinta-feira as conquistas históricas dos trabalhadores e manifestou preocupação com o projeto de regulamentação da terceirização. Ele elogiou o presidente do Senado, Renan Calheiros, por determinar um debate amplo da proposta nas comissões temáticas e no Plenário — o que, a seu ver, permitirá o aperfeiçoamento do texto. O senador disse que o projeto aprovado na Câmara tem como objetivo driblar entendimento do Tribunal Superior do Trabalho que restringe a terceirização a atividades como segurança. — Em 1943, embora o Brasil estivesse submetido a uma ditadura, os trabalhadores tiveram os direitos assegurados [com a CLT]. Em 2015, em plena democracia, corremos o risco de ver essas garantias caírem por terra.



Rose de Freitas critica indiferença com os trabalhadores

Os trabalhadores brasileiros não têm muito a comemorar, segundo Rose de Freitas (PMDB-ES). Em discurso na quinta-feira, a senadora apontou a morosidade do Judiciário e do Parlamento, além de uma certa indiferença, como ela disse. — A classe trabalhadora não há de perder os seus direitos já tão aplainados ao longo desta trajetória dentro do Parlamento, Poder Judiciário e Executivo. É uma luta renhida, mas sobre a qual não deporemos arma nenhuma. Rose afirmou que o Dia do Trabalho é hora de reunir as forças. — Não foi a classe trabalhadora que levou o país a essa crise que até está, mas podem ser os trabalhadores, unidos, e o povo brasileiro, atento, que ajudarão o Brasil a sair deste momento dramático em que se encontra — disse a senadora.



Congresso faz sessão solene hoje em homenagem a João Goulart

O presidente João Goulart será homenageado pelo Congresso hoje em sessão solene, na qual também será celebrado o Dia do Trabalho. A sessão será às 11h, no Plenário do Senado. A homenagem a Jango, depositado em 1964 pelo golpe militar, foi proposta pelo líder do PDT

no Senado, Acir Gurgacz (RO), e pelo deputado federal Félix Mendonça Júnior (PDT-BA), em parceria com a direção da Fundação João Goulart e do PDT nacional. Os presidentes da fundação, João Vicente Goulart, e do partido, Carlos Lupi, estarão presentes.



Jango em foto oficial de 1961 como 24º presidente do Brasil

Opine sobre projeto da terceirização de mão de obra

As diferenças de visão são nítidas no debate sobre o projeto da terceirização recentemente aprovado pelos deputados federais e registrado no Senado como Projeto de Lei da Câmara (PLC) 30/2015. O assunto, que será objeto de sessão temática no Senado no dia 12, provoca grande polêmica e divide opiniões mesmo dentro de partidos políticos e entre sindicalistas. Há quem descreva o texto como o maior golpe prepara-

do pelo empresariado contra os assalariados, que seriam condenados ao rebaixamento das condições de trabalho e de remuneração. E também quem a trate como um passo necessário que o Brasil precisa dar no rumo da modernização das relações trabalhistas e do aumento da produtividade, o que poderia facilitar o desenvolvimento de produtos e serviços melhores e mais baratos. Repudiado pela Central Úni-

ca dos Trabalhadores (CUT) e por outras centrais sindicais, o projeto teve o apoio do principal líder da Força Sindical, deputado Paulo Pereira da Silva (SD-SP).

O cidadão pode conferir os principais pontos da proposta aprovada pela Câmara e opinar na página do e-Cidadania.

Veja os principais pontos do projeto: <http://bit.ly/entendaPL4330>
Opine: <http://bit.ly/opineterceirizacao>

Que fim levou o Palácio Monroe?

A transferência do Senado para a 2ª sede completa 90 anos. O prédio foi construído originalmente nos EUA, para representar o Brasil numa feira internacional, reerguido no Rio e, após a mudança da capital para Brasília, demolido sem deixar vestígios

Ricardo Westin

OS CARIÓTIPOS MAIS velhos se lembram com saudosismo e os mais novos nem sequer ouviram falar. O que existe hoje no final da Avenida Rio Branco, entre a Cinelândia e a Baía de Guanabara, são apenas um estacionamento subterrâneo e uma praça feiosa e pouco frequentada. Não se vê nenhum vestígio do imponente Monroe, o palácio que abrigou o Senado entre 1925 e 1960. A construção foi demolida em 1976. Desapareceu como se nunca tivesse existido.

A mudança para o Palácio Monroe ocorreu há exatos 90 anos. Os senadores trocavam o antiquado e deteriorado Palácio Conde dos Arcos por um edifício que conseguia transmitir as ideias de solidez e poder. Com traços francesados, o Monroe era emoldurado por 36 colunas e coroado com uma cúpula monumental. Cada uma das duas portas de entrada era vigiada por um par de leões de 2,5 metros de altura talhados em mármore de Carrara. Por décadas, foi um dos cartões-postais do Rio.

A sessão inaugural foi em 3 de maio de 1925. O Arquivo do Senado, em Brasília, conserva os discursos que os senadores fizeram naqueles primeiros dias. Os trabalhos foram abertos pelo presidente da Casa, Estácio Coimbra. Ele não era senador. Por ser vice-presidente da República, acumulava a Presidência do Senado, como ditava a Constituição. Coimbra anunciou:

— Depois de um ano e meio de contínuo labor, a Mesa [do Senado] recebeu do governo o edifício do Palácio Monroe inteiramente remodelado, com todas as condições de asseio, conforto e decoro, compatíveis com as altas funções do Senado.

A história do Monroe, porém, começa muito antes da chegada do Senado. O palácio foi originalmente construído nos Estados Unidos, em 1904, como o pavilhão do Brasil na Exposição Mundial de Saint Louis, no estado do Missouri.

Na era pré-globalização, esse tipo de exposição servia para que os países apresentassem ao mundo o que tinham de melhor, com o intuito de alavancar as exportações e atrair investidores estrangeiros. No caso brasileiro, o pavilhão funcionou como vitrine para o café. Estima-se que a cada dia tenham sido servidas 5 mil xícaras aos visitantes.

O governo incumbiu o engenheiro Francisco Marcelino de Sousa Aguiar (que dá nome a um dos hospitais públicos mais conhecidos do Rio) de projetar o pavilhão em Saint Louis. Ele já era experiente nesse tipo de missão. Sousa Aguiar havia assinado o pavilhão do Brasil na Exposição Mundial de Chicago, em 1893.

Na segunda vez, entretanto, havia uma exigência: o pavilhão teria de ser desmontável, de maneira que

podesse ser reconstruído no Rio. O engenheiro foi ousado e optou por empregar estrutura metálica, uma tecnologia que o Brasil não conhecia.

O futuro Monroe venceu o principal prêmio de arquitetura da feira. Numa edição dominical, o jornal *The St. Louis Republic* dedicou toda a primeira página à obra brasileira. Era pura exaltação: “Observando, procura-se em vão uma simples falha, um ponto onde a vista sinta a aspereza de uma linha, onde uma curva, uma janela, qualquer decoração desagrade. Essa construção representa um poema”.

Teteia de açúcar branco

O presidente Theodore Roosevelt visitou a exposição e inspecionou o prédio do Brasil. O *St. Louis Globe-Democrat* informou: “O Brasil galhardamente sobressaiu na recepção à distinta comitiva presidencial. Roosevelt se recordará do Brasil e da exposição por toda a vida”.

Exageros à parte, o fato é que o edifício era, de fato, bem mais refinado que os pavilhões de nações como Cuba e Guatemala. Assim, o futuro Monroe cumpriu seu papel. Fez o mundo crer num Brasil moderno e civilizado, capaz de grandes feitos, adiantado em comparação com os vizinhos.

Encerrada a exposição, o pavilhão foi desmontado e despachado num navio cargueiro para o Rio. Ele seria erguido no ponto mais nobre da capital da República: a Avenida Central (atual Rio Branco), que ainda estava em obras. O prefeito do Rio, Pereira Passos, havia demolido cortiços e criava uma versão tropical da Champs-Élysées, o sofisticado bulevar parisiense. O palácio foi montado em questão de meses, entre 1905 e 1906. O *Jornal do Commercio* o chamou de “teteia de açúcar branco”.

Os arredores da Praça Floriano (hoje mais conhecida como Cinelândia) logo passaram a ostentar belos exemplares da arquitetura eclética. Depois do pavilhão vindo dos EUA, ficaram prontos o Teatro Municipal, a Escola Nacional de Belas Artes e a Biblioteca Nacional (outro projeto de Sousa Aguiar).

Em termos simbólicos, aquelas linhas rebuscadas dos edifícios públicos ajudavam a compor a cara que os líderes políticos queriam dar à República, implantada em 1889 e ainda em consolidação. A ideia era varrer da paisagem da capital tudo que remetesse ao passado imperial.

No Rio, o pavilhão ganhou o nome de Palácio São Luís, em alusão à cidade de Saint Louis. Sua primeira missão foi abrigar a terceira edição da Conferência Pan-Americana, em 1906, que congregou presidentes e ministros do continente.

O edifício mudou de nome durante o evento, passando a Palácio Monroe. Era uma homenagem a James Monroe, o antigo presidente americano que pregava “a América para os americanos”, isto é, livre do colonialismo europeu. O novo nome era uma forma de o Brasil mostrar que queria entrar na órbita de influência dos EUA.

Nos primeiros anos, o Palá-

cio Monroe não teve um papel definido e funcionou como uma espécie de salão de festas do governo. Nele se realizaram bailes, banquetes, formaturas, congressos e até velórios. Em 1914, tornou-se a sede provisória da Câmara dos Deputados. Em 1922, recebeu o escritório do governo encarregado das comemorações do centenário da Independência.

A decisão de transformá-lo no Senado foi tomada logo em seguida, diante da pressão dos senadores para sair do Palácio Conde dos Arcos, um solar que havia sido construído na época da Colônia e abrigava a Câmara Alta desde sua criação, em 1826, no Império. Os senadores reclamavam que o edifício estava em estado tão precário que poderia desabar a qualquer momento.

Quando o bonde passava, de acordo com eles, as paredes todas estremeciam.

— Olhando para o teto, vi que já está rachando em diversos lugares. Em outros, a pintura dos afrescos já se vai quebrando, fragmentando. E também há muito já está o teto caindo aos pedaços sobre as nossas cabeças — queixou-se o senador Irineu Machado (DF) em junho de 1923.

Havia uma dose de exagero. O velho Senado não corria o risco de ruir. Tanto que o prédio está de pé até hoje e nele funciona a Faculdade de Direito da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Na realidade, os senadores queriam um espaço que fosse confortável e pomposo e, ao mesmo tempo, não remetesse aos ultrapassados anos da Colônia e do Império.

Senador desgostoso

O presidente Artur Bernardes aceitou transferir o Monroe para o Senado. Antes, entretanto, o interior do prédio teve de ser totalmente reformado. As obras duraram um ano e meio.

Colunas internas foram removidas, andares novos foram criados e dois elevadores foram instalados — uma grande novidade na época, com portas que precisavam ser abertas e fechadas manualmente.

No Plenário, por precaução, reservaram-se três assentos para o Acre, que poderia ser elevado de território a estado a qualquer momento (isso só ocorreria em 1962). O gabinete do presidente do Senado foi instalado no ponto mais privilegiado do prédio, voltado para a Baía de Guanabara e o Pão de Açúcar.

Os parlamentares ficaram satisfeitos com o resultado. Em

O Monroe antes do Senado: nos anos 20, para receber os senadores, o prédio passou por uma reforma que incluiu o envidraçamento das amplas varandas laterais

maio de 1925, logo após a mudança, Mendonça Martins (AL) comemorava no Plenário:

— Dispomos agora de uma sede onde não nos sentiremos diminuídos pela falta de higiene, privados do menor conforto e em risco da própria vida, como acontecia no velho edifício colonial do Conde dos Arcos, que, se fora uma casa de aluguel, há muitos anos estaria interditado pela Saúde Pública.

O único que ficou desgostoso com a mudança foi Alfredo Ellis (SP). Por designação do Senado, ele havia dedicado boa parte de seus 22 anos de mandato a negociar com o governo o terreno e a verba para a construção de uma sede. Os senadores chegaram a fazer uma cerimônia para lançar a pedra fundamental no Campo de Santana. Por falta de dinheiro, a obra nunca saiu do papel.

Discursando pela primeira vez no Monroe, Ellis deu a entender que se sentia traído:

— O que é censurável é que tenham aplicado na simples adaptação do Monroe quase a totalidade da soma que seria destinada à construção de um novo edifício para o Senado.

Em seguida, apontou problemas na sede que se inaugurava, como o tamanho do Plenário: — É curioso que no Brasil, uma das maiores nações do mundo em área, o recinto do Senado Federal fique reduzido a uma pequeníssima e insignificante sala de cinema, menor do que o de qualquer Senado do mundo.

Essa foi uma das últimas falas públicas de Alfredo Ellis. O senador morreria dois meses depois da transferência para o Monroe.

Durante 35 anos, o palácio assistiu aos mais decisivos debates da política brasileira, à exceção dos anos da ditadura do Estado Novo (1937-1945), quando Getúlio Vargas proibiu o funcionamento do Senado. Curiosamente, meses depois de ser derrubado da Presidência, Vargas voltaria à cena política como senador.

Nos anos 50, o Palácio Monroe

já se mostrava pequeno para o Senado. Chegou-se a fazer um concurso de projetos para a nova sede. O velho palácio seria derrubado e um arranha-céu com mais espaço para os senadores seria levantado no mesmo lugar. Veio Brasília, e o projeto foi engavetado.

Na última sessão do Senado no Rio, em abril de 1960, os parlamentares se revezaram na tribuna para fazer pronunciamentos emocionados sobre o Monroe.

— Os nossos discursos, os debates calorosos, os pequenos incidentes, o rumor dos nossos passos subindo e descendo os degraus deste recinto, este teto sóbrio e nobre, estas colunas romanas, a agitação dos taquígrafos, a curiosidade indiscreta dos jornalistas e o ruído dos tímpanos, tudo que lembramos transmuda-se em saudades tão intensas que nos levam a dizer que esta casa, ao cerrar as suas portas, guardará também alguma coisa de nossa própria vida — discursou Argemiro de Figueiredo (PTB-PB).

Decadência

O Monroe, então, passou a servir de sucursal do Senado no Rio. Parte dos funcionários públicos continuou na velha capital, especialmente os que estavam perto da aposentadoria. Os próprios senadores ainda faziam reuniões no palácio. Mais tarde, três andares foram cedidos ao Estado Maior das Forças Armadas.

Nos anos 70, diante do esvaziamento e da degradação do prédio, começaram a ventilar a ideia de que o Monroe precisava ser demolido. Havia vários argumentos. O fim do palácio, por exemplo, desafogaria o trânsito do centro e abriria uma área verde numa zona dominada pelo concreto. Outra justificativa era a necessidade de se reduzirem gastos públicos — com Brasília já consolidada, não fazia sentido o Senado ainda manter uma custosa repartição no Rio.

Afirmou-se que o prédio tinha de ser eliminado porque impediria a construção da linha do metrô entre o centro e a zona sul. O caminho era a demolição. Para que isso não ocorresse, o metrô desviou o trajeto dos trilhos, antecipando uma curva que originalmente seria feita nos subterrâneos do Monroe.

Por fim, veio a questão estética. O Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan) recebeu uma proposta de tombamento de todos os prédios públicos da Cinelândia. O arquiteto e urbanista Lúcio Costa, célebre por ter projetado Brasília, manifestou-se ferozmente contra a proteção do Monroe. Na visão dele, tratava-se de um prédio sem valor arquitetônico, apenas uma “presença estorvante” na cidade.

Lúcio Costa era da opinião de que a arquitetura brasileira resumia à colonial, como a de Ouro Preto, e à moderna, como a de Brasília. Tudo que existisse entre as duas, como o estilo eclético, não passaria de reles imitação de estilos estrangeiros.

O Rio se dividiu. O jornal *O Globo* se posicionou pela demolição. O *Jornal do Brasil*, contra. Os defensores diziam que, ainda que a arquitetura não fosse genuinamente nacional, o palácio tinha um valor histórico inquestionável. A sociedade não chegou a fazer manifestações públicas, pois ainda eram os anos da ditadura militar.

No final, o Iphan deu ouvidos aos argumentos de Lúcio Costa e negou o tombamento do Monroe. Em 1975, o Senado decidiu devolver o edifício ao governo federal. Tribunais, repartições do governo e entidades de engenheiros se ofereceram para reformar e ocupar o prédio. Tudo em vão. Por ordem do presidente Ernesto Geisel, o palácio que havia sido premiado em Saint Louis em 1904 foi posto no chão. A demolição se arrastou por meses. Em junho de 1976, um trator derrubou a última parede.

A notícia repercutiu em Brasília, especialmente entre os



O Palácio Monroe perto de ser derrubado, já sem a imponente escadaria

senadores da oposição. Itamar Franco (MDB-MG) disse ter assistido “com tristeza à destruição daquele prédio, em que várias figuras desta nação militaram”. Segundo Benjamin Farah (MDB-RJ), “infelizmente, no país, tudo o que é tradicional é destruído”.

Trauma coletivo

O arquiteto e historiador Fernando Atique, da Universidade Federal de São Paulo, lançará nos próximos meses o livro *Arquitetura Evanescente*, sobre o desaparecimento de edifícios históricos. Para ele, a demolição do Monroe pode ser explicada, em parte, pelo fato de os brasileiros desconhecerem a história:

— As pessoas em geral não sabem da existência do Palácio Conde dos Arcos nem dos Palácios do Itamaraty e do Catete, que foram as sedes da Presidência da República no Rio. Isso é muito perigoso porque só podemos preservar aquilo que conhecemos.

Em 2002, o então prefeito do Rio, Cesar Maia, propôs a construção de uma réplica do Palácio Monroe no mesmo lugar do original. Após acalorados debates, a ideia não vingou.

Algumas peças do Monroe se salvaram. A empresa contratada para a demolição vendeu as que tinham valor. Dois leões de mármore hoje estão expostos no Instituto Ricardo Brennand, um museu de arte em Recife. Os outros dois enfeitam uma fazenda em Uberaba (MG). Um ornamento da fachada se encontra no Museu de Arte do Rio (MAR). Outra parte dos objetos pode ser vista no Museu do Senado, em Brasília, como as mesas de madeira, com microfones acoplados, que acomodavam os senadores no Plenário.

Na avaliação do cineasta Eduardo Ades, que ainda neste ano lançará o documentário *Crônica da Demolição*, sobre o Monroe, o ressurgimento do tema de tempos em tempos tem explicação:

— Não houve um motivo único para a demolição. Foram vários motivos paralelos, alguns obscuros. Quando a população carioca perdeu esse palácio, que era um elemento da identidade do Rio, sem saber ao certo os motivos, o que ficou foi um trauma coletivo. É mais ou menos como os nossos traumas pessoais. Quando não compreendemos plenamente algum episódio da nossa vida, ele fica voltando para nos assombrar. (Colaborou Jefferson Dalmoro)



PART IV. 8 PAGES. **THE ST. LOUIS REPUBLIC.** **TO-DAY'S REPUBLIC is Printed in EIGHT PARTS.**

NINETY-SIXTH YEAR. SUNDAY MORNING, APRIL 10, 1904. PRICE FIVE CENTS.

“IT IS THE PEARL IN THE DIADEM OF FOREIGN BUILDINGS.”

—Brazil, Honored by Site Selected for Her, Erects Structure Worthy of Position.—

O MONROE FOI ENTREGUE OFICIALMENTE A' MESA DO SENADO

Algumas impressões da nova instalação da Camara Alta

As obras de adaptação daquele edificio custaram apenas quatro mil e cem contos !

Trator derruba a fachada do Palácio Monroe

Após 15 minutos de luta contra um trator, caiu ontem a fachada do Palácio Monroe — antiga sede do Senado federal — cuja derrubada quase leva à falência a firma demolidora: ela pagou Cr\$ 191 mil 108 para ficar com o material aproveitável e gastou até agora Cr\$ 1 milhão 50 mil. O Palácio foi construído em 1904 com mistura de cal, areia e óleo de baleia.

- Assista a vídeo da Agência Senado: <http://bit.ly/SenadoMonroe>
- Ouça reportagem da Rádio Senado: <http://bit.ly/SenadoMonroeRadio>
- Veja os pavilhões de Saint Louis 1904: <http://bit.ly/pavilhoesSaintLouis>

Debate aponta importância do pacto do clima

Especialistas reunidos em audiência na Comissão de Mudanças Climáticas avaliaram que o Brasil pode assumir posição de liderança na discussão global sobre o tema em novembro

UM DOCUMENTO JUSTO que induza a participação de todos os países. Essa é a expectativa das autoridades brasileiras envolvidas na elaboração do novo acordo climático global, que será apresentado em novembro, na Conferência das Nações Unidas para Mudanças Climáticas (COP-21), em Paris. O assunto foi debatido na quarta-feira na Comissão Mista Permanente sobre Mudanças Climáticas (CMMC), com representantes dos Ministérios das Relações Exteriores e do Meio Ambiente e do Painel Intergovernamental de Mudanças Climáticas (IPCC).

Para o subsecretário-geral de Meio Ambiente do Ministério de Relações Exteriores, embaixador José Antonio Carvalho, este é o momento de definir as “regras do jogo”. Ele defende que o novo acordo aponte as necessidades de cada país e avalia que nenhuma



Senador Fernando Bezerra Coelho (C), que preside a comissão, diz que o acordo do clima também deve estar na pauta do encontro entre Dilma e Obama

nação deve renunciar ao direito de se desenvolver. Segundo o embaixador, cabe ao governo gerar empregos e criar meios para que o país cresça de maneira sustentável.

— Como o novo acordo passará a ter vigência somente a partir de 2020, acredito que entre 2015 e 2020 é um tempo razoável para que os países internalizem as medidas — disse.

Segundo o diretor do Departamento

de Mudanças Climáticas do Ministério do Meio Ambiente, Adriano Oliveira, o Brasil reduziu 41% da emissão de gases do efeito-estufa desde o início do monitoramento, em 2004, com o Plano de Prevenção e Controle do Desmatamento na Amazônia Legal.

— Como a projeção para 2020 é reduzir o desmatamento em até 80% e alcançamos o equivalente a 75,2%, então estamos em um bom caminho.

O presidente da CMMC, senador Fernando Bezerra Coelho (PSB-PE), disse que a COP-21 será um dos assuntos mais importantes do encontro da presidente Dilma Rousseff com o presidente dos Estados Unidos, Barack Obama, em junho.

— Com as contribuições dos ministérios, poderemos estimular ainda mais o debate junto à CMMC, resultando numa posição de liderança brasileira.

Dirigente diz que fundo para Centro-Oeste não será bloqueado

O titular da Superintendência de Desenvolvimento do Centro-Oeste (Sudeco), Cleber Ávila Ferreira, garantiu, na semana passada, durante audiência na Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo (CDR), que os recursos do Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste (FCO) não estão ameaçados pelo ajuste fiscal.

Cleber Ávila apresentou balanço das ações realizadas de 2011 a 2014 e falou sobre as metas para os próximos quatro anos. Segundo ele, a estimativa é de que a região receba investimentos do FCO na ordem de R\$ 23 bilhões até 2018.

— Os recursos são vinculados ao Imposto sobre Produtos Industrializados



Cleber Ávila (ao microfone) fala sobre bloqueio de recursos ao lado do senador Davi Alcolumbre

(IPI) e ao Imposto de Renda, então esse valor de repasse do Tesouro está garantido. Para que esse valor não se concretize, só se nós tivermos uma queda brusca de arrecadação — explicou.

Simone Tebet (PMDB-MS), autora do pedido para a audiência, ressaltou a importância do desenvolvimento do interior do Brasil e cobrou mais recursos para os setores do agronegócio, comér-

cio, indústria e serviços em seu estado.

— Nós só vamos ter realmente a nossa tão sonhada igualdade social quando nós efetivamente voltarmos os olhos para o interior do Brasil, Centro-Oeste, Norte e Nordeste. Infelizmente, o Brasil não conhece os diversos Brasis que existem nesta dimensão continental que é o nosso país — destacou.

Também participaram do debate os representantes do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (Dnit), André Nunes e Mario Dirani. Eles reconheceram a falta de recursos para este ano e afirmaram que o órgão trabalhará no planejamento das obras e na manutenção da malha de transportes.

Flexa afirma que Dilma deveria reconhecer erros

Flexa Ribeiro (PSDB-PA) criticou a decisão da presidente Dilma de não fazer pronunciamento em rede de rádio e televisão em homenagem ao Dia do Trabalho. Para o senador, a presidente deveria aproveitar a oportunidade para reconhecer aos brasileiros os erros do seu governo na condução das políticas sociais e econômicas.

Segundo ele, Dilma não falará aos brasileiros por medo da insatisfação da população com o desemprego, a inflação, o fraco desempenho da economia e a corrupção.

— Com essa postura, a presidente Dilma, do Partido dos Trabalhadores, prefere se manter isolada, ignorando os efeitos da crise que impôs ao nosso país — disse.

Para Flexa, a presidente deveria fazer o pronunciamento à nação e admitir que não conseguiu frear a inflação.



Genaldino Magela/Agência Senado

Agripino: “Governo conduz país a quebradeira geral”

José Agripino (DEM-RN) criticou o governo por ter conduzido o país ao que chamou de “quebradeira geral” por falta de racionalização do gasto público. Em sua opinião, o governo é levado a aumentar a taxa de juros como “remédio único” contra a inflação, mas sem conseguir conter o aumento de preços.

Ele citou números sobre a queda na renda, avaliando que a situação ficará ainda pior depois da elevação dos juros, e advertiu que a retração econômica causará aumento do desemprego.

— O movimento das ruas seguramente vai ser engordado por uma horda de pessoas iradas pelo desemprego, de um governo que não está sabendo, não está tendo talento, não está tendo condições de combater a inflação que não seja pelo aumento da taxa de juros — alertou o senador.



Waldemir Barreto/Agência Senado

Alvaro Dias pede aprovação de reforma política

Alvaro Dias (PSDB-PR) pediu desculpas ao povo brasileiro pelo fato de o Congresso debater por tanto tempo a necessidade de uma reforma política sem nunca a ter concretizado. O senador apontou uma disputa entre a Câmara e o Senado como um dos entraves para a conclusão. O Senado, disse ele, enviou nos últimos anos propostas nesse sentido para análise dos deputados, mas que não prosperaram.

— Tenho reivindicado dos dois presidentes, ambos do PMDB, o estabelecimento de um acordo de procedimentos para que tenhamos a reforma política aprovada ainda este ano, em consonância com o que temos sido cobrados pelas ruas — declarou.

Ele responsabilizou o governo pela lentidão na aprovação de propostas que mudam o sistema político e eleitoral.



Genaldino Magela/Agência Senado

Reguffe defende equiparação de planos de saúde

Reguffe (PDT-DF) defendeu o projeto dele que equipara aos planos individuais de saúde os planos coletivos com até 100 beneficiários, além de dar a tais contratos vigência mínima de um ano.

Ele ainda cobrou da Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS) mais fiscalização para proteger os consumidores de uma prática comum. Reguffe explicou que hoje as operadoras de plano de saúde se negam a vender planos individuais, porque eles não podem ser rescindidos nem reajustados a qualquer momento.

— Começam a criar planos coletivos de cinco, de seis, de sete vidas. Faz aí parecendo uma pequena empresa, se associa a uma categoria. Qual a sua categoria profissional? Ou seja, fica criando subterfúgios para ludibriar, para se utilizar da boa-fé do pobre do consumidor — disse o senador.



Waldemir Barreto/Agência Senado

Wellington anuncia capacitação de vereadores em MT

Wellington Fagundes (PR-MT) anunciou a realização, em maio, de oficinas de capacitação para vereadores e servidores das câmaras municipais de seu estado. O treinamento faz parte do Programa Interlegis do Senado, que promove a modernização, a integração e a transparência do Poder Legislativo em todas as esferas.

— Não podemos esquecer que o aperfeiçoamento institucional das câmaras e assembleias legislativas resulta na melhoria da imagem do Legislativo como um todo. Assim, quando uma câmara municipal se moderniza e aprimora a qualificação dos seus quadros, ela se fortalece para dar respostas adequadas às principais necessidades do município — destacou.

Para ele, a capacitação é um dos trabalhos institucionais mais importantes do Senado.



Moreira Mariz/Agência Senado

Parlamentares disseram que dificuldades no preenchimento resultaram na baixa adesão dos agricultores, que podem ficar sem crédito

Senadores querem ampliar o prazo para o Cadastro Ambiental Rural

SENADORES DA COMISSÃO de Agricultura e Reforma Agrária (CRA) concordaram em reunião na quinta-feira que o prazo de preenchimento do Cadastro Ambiental Rural (CAR) precisa ser prorrogado. O limite de um ano, previsto no novo Código Florestal (Lei 12.651/12), termina depois de amanhã, mas há a possibilidade de prorrogação por mais 12 meses, por ato da Presidência da República.

O CAR é obrigatório para todos os 5,5 milhões de estabelecimentos rurais existentes no país e é o primeiro passo para a regularização de propriedades em que foram desmatadas ilegalmente áreas que deveriam estar cobertas por mata nativa.

Segundo a senadora Ana Amélia (PP-RS), presidente da CRA, o anúncio da prorrogação é esperado para hoje. Ela afirma que muitos agricultores



Waldemir Moka (D) conversa com Acir Gurgacz, que sugeriu campanha nacional de esclarecimento sobre o cadastro

enfrentam dificuldades em acessar as informações para o preenchimento do CAR, o que resultou na baixa adesão ao cadastro e em preocupação para governos municipais e estaduais e também para as lideranças rurais.

De acordo com Acir Gurgacz (PDT-RO), a manutenção do prazo atual vai impedir que

agricultores não cadastrados possam acessar o crédito e programas governamentais, prejudicando as atividades agropecuárias do país.

— O governo demorou dois anos para fazer a regulamentação do CAR e deu um ano para que 5,5 milhões de produtores pudessem se cadastrar. E isso através da internet, sendo que

no campo não se tem internet com facilidade — disse.

Ele sugeriu a realização de uma campanha nacional envolvendo prefeitos, governadores, associações rurais e cooperativas sobre o preenchimento do cadastro. Também pediram a prorrogação os senadores Waldemir Moka (PMDB-MS) e Donizeti Nogueira (PT-TO).

Comissão acompanhará política de extensão rural

A Comissão de Agricultura e Reforma Agrária (CRA) acompanhará em 2015 a Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural (Pnater) e, por isso, aprovou na semana passada uma série de audiências públicas sobre o tema.

Por sugestão do senador Donizeti Nogueira (PT-TO), a comissão convidará representantes dos Ministérios do Desenvolvimento Agrário, da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, da Pesca e Aquicultura e do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) para analisar a situação atual e as metas para os serviços de extensão rural.

O parlamentar sugeriu ainda debate sobre a execução da política nos estados e municípios, com representantes do

Conselho Nacional dos Secretários de Estado de Agricultura, da Associação Brasileira das Entidades Estaduais de Assistência Técnica e Extensão Rural, da Federação Nacional dos Trabalhadores da Assistência Técnica e Extensão Rural, do Serviço Nacional de Aprendizagem Rural; e da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura.

Também foi acolhido requerimento para audiência sobre as medidas adotadas para a implementação da Agência Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural (Anater) e aprovado pedido para debate, com representantes dos ministérios, do Tribunal de Contas da União (TCU) e da Controladoria-Geral da União (CGU), sobre as recomendações de auditoria sobre

a execução da Pnater no Plano Brasil sem Miséria, feita em 2012 pelo TCU.

A senadora Ana Amélia (PP-RS) ressaltou a importância da decisão da comissão de escolher a Pnater como política a ser acompanhada neste ano. A atribuição das comissões permanentes de avaliar políticas implementadas pelo Poder Executivo está prevista na Resolução 44/2013 e visa cumprir a função fiscalizadora do Senado.

Os senadores também aprovaram pedido para realização, em Palmas, de ciclos de debates sobre o potencial e os gargalos da aquicultura e da pesca no Tocantins e sobre a agricultura de baixo carbono no estado. Outro requerimento aprovado pede audiência sobre o uso de medicamentos genéricos na agropecuária.

Texto anistia agricultor pobre de crime ambiental

A Comissão de Agricultura e Reforma Agrária (CRA) aprovou na quinta-feira projeto que anistia agricultores de baixa renda que, para sua subsistência, cometeram crimes ambientais de menor potencial ofensivo, como a caça de animais silvestres.

A medida está prevista no

PLS 375/2014, de Ângela Portela (PT-RR), e deve passar pela Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) antes de seguir para a Câmara dos Deputados.

A senadora sugere que a medida alcance condenações desde a edição da Lei de Crimes Ambientais (Lei

9.605/1998) até maio de 2014. Para ter direito à anistia, porém, o agricultor deve estar registrado no Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal (CadÚnico).

O texto teve voto favorável do relator, José Medeiros (PPS-MT), lido na CRA pelo relator

ad hoc Acir Gurgacz (PDT-RO). No relatório, Medeiros frisa que as famílias pobres que transgrediram normas ambientais buscavam suprir necessidades básicas e não foram orientadas sobre a legislação, além de não terem condição de arcar com as sanções.

Debate avalia MP sobre emplacamento de trator

A Comissão de Agricultura e Reforma Agrária (CRA) faz hoje audiência pública interativa sobre a Medida Provisória (MP) 673/2015, que dispensa de licenciamento e emplacamento os tratores e demais veículos destinados a puxar ou arrastar maquinaria agrícola e executar trabalhos agrícolas.

A medida provisória, que atende reivindicação do setor

produtivo, determina que esses equipamentos devem estar sujeitos a um registro único em cadastro específico da repartição competente. Ela valerá para os tratores e máquinas produzidos a partir de 1º de janeiro de 2016.

A proposta altera o Código de Trânsito Brasileiro (Lei 9.503/1997), que até então previa que os veículos destinados

a puxar ou arrastar maquinaria ou a executar trabalhos agrícolas e de construção ou pavimentação estavam sujeitos, para poder transitar, a registro e licenciamento em repartição competente (Detran), devendo receber numeração especial.

A audiência é aberta à participação do público (veja quadro).

ACOMPANHE E PARTICIPE

HOJE, às 16h30

▶ Envie sua pergunta ou sugestão:

- <http://bit.ly/audienciainterativa>
- Alô Senado: 0800 612211

▶ Portal e-Cidadania:

www.senado.leg.br/ecidadania

▶ Facebook: [senadofederal](https://www.facebook.com/senadofederal)

▶ Twitter: [@agencia_senado](https://twitter.com/agencia_senado)

▶ TV: www.senado.leg.br/TV

▶ Taquigrafia:

<http://bit.ly/comissaoAgricultura>

Elmano aponta falta de investimento em infraestrutura

Elmano Férrer (PTB-PI) pediu obras de ampliação do aeroporto de Teresina, inaugurado em 1967 com capacidade para 267 mil passageiros ao ano e que hoje recebe 1,1 milhão.

Mesmo com uma estrutura provisória, o aeroporto não oferece condições para atender os passageiros, disse.

Segundo Eumano, isso comprova que o Brasil tem o problema da falta de recursos para investir em infraestrutura. Ele citou também o caso das obras para dar acesso a água no Nordeste.

— Com relação à seca no Nordeste, há mais de 25 anos os problemas são levantados. Mas não fizemos os planejamentos e os investimentos necessários.

Randolfe pede solução para obra de aeroporto parada

Randolfe Rodrigues (PSOL-AP) lamentou a situação do Aeroporto Internacional de Macapá, cujas obras de ampliação começaram em 2003 e foram interrompidas em 2006. A obra parou, disse, por conta de uma operação da Polícia Federal que prendeu políticos e empreiteiros suspeitos de desvios de recursos.

O senador disse que pediu que a Comissão de Desenvolvimento Regional (CDR) ouça representantes do governo sobre o aeroporto.

— Há indício de que metade dos R\$ 113 milhões foram roubados dos cofres públicos, nos deixaram a carcaça de um prédio, o aeroporto não é concluído.

Ana Amélia lamenta atrasos no repasse e problemas com o Fies

Ana Amélia (PP-RS) manifestou preocupação com os problemas do Fundo de Financiamento Estudantil (Fies). Segundo ela, o atraso no repasse chega a cinco meses e muitos alunos ainda estão com dificuldade para fazer inscrição. O prazo para a renovação semestral vai até o dia 29 de maio.

A senadora também destacou encontro entre senadores da da Comissão de Relações Exteriores (CRE) e uma delegação de 11 integrantes do governo dos Estados Unidos. Segundo ela, os técnicos americanos, ligados à área de defesa, se mostraram animados com a ampliação das relações bilaterais.

Autogestão de planos de saúde segue para sanção

Modalidade permite que uma organização administre, sem fins lucrativos, a assistência à saúde dos beneficiários. Recursos dos participantes e das empresas são utilizados, o que diminui o custo

O PLENÁRIO DO Senado aprovou na quinta-feira projeto de lei que autoriza operadoras de planos de saúde na modalidade de autogestão, que integrem entidades executoras de outras atividades, a continuarem funcionando sem a necessidade de constituir nova empresa específica para a área de saúde. A proposta (PLC 6/2015), com origem na Câmara dos Deputados, seguirá agora para sanção.

O texto, do deputado Simão Sessim (PP-RJ), muda a Lei dos Planos de Saúde (Lei 9.656/1998) e favorece fundações, sindicatos ou associações que exerçam a autogestão de planos. Agora essas entidades ficam dispensadas de criar pessoas jurídicas independentes com a função exclusiva de operar esses planos privados de assistência à saúde.

Pelo projeto, a regra valerá para a entidade que já fazia essa autogestão antes da publicação da legislação de 1998, com outras atividades previstas em seus estatutos. Para contar com a isenção, ela poderá criar um CNPJ sequencial ao já existente e terá de assegurar a segregação

patrimonial administrativa, financeira e contábil das outras atividades.

A proposta chegou ao Plenário com parecer favorável da Comissão de Assuntos Sociais (CAS). O relator naquela comissão, Humberto Costa (PT-PE), apresentou apenas emendas de redação para dar clareza ao texto e modificar a ementa da proposta.

Marcelo Crivella (PRB-RJ) disse que o projeto faz justiça aos planos de saúde geridos por entidades de autogestão. Segundo o senador, essa modalidade de assistência não teria condições de sobrevivência se a proposta não fosse aprovada, pois não consegue cumprir as mesmas regras dos grandes planos.

Crivella disse que “os grandes” queriam que essas entidades diferenciadas não existissem, já que o custo para os associados é baixo e ainda assim elas resolvem o problema do atendimento à saúde.

A autogestão é a modalidade na qual uma organização administra, sem finalidade lucrativa, a assistência à saúde dos beneficiários a ela vinculados. Estão enquadradas nesse segmento os planos de

saúde destinados a empregados ativos e aposentados ou a participantes de entidades associativas, assistenciais e previdenciárias, por exemplo.

A autogestão de planos de saúde, além de ter um custo menor que as empresas abertas ao mercado de consumo, emprega recursos dos participantes e das empresas na medida justa para o sustento do plano, sem encargos de remuneração de negócio, pois não têm como objetivo o lucro.

Ponte em SC

Também foi aprovado o PLC 19/2014, que dá o nome de Anita Garibaldi à ponte na travessia da Lagoa de Cabeçuda e do Canal de Laranjeiras, em Laguna (SC). O projeto, que havia recebido parecer favorável na Comissão de Educação (CE), vai à sanção.

O autor, deputado Ronaldo Benedet (PMDB-SC), justifica que o propósito é homenagear “a heroína de dois mundos”. Nascida Ana Maria de Jesus Ribeiro, a homenageada, ao lado do marido, o italiano Giuseppe Garibaldi, participou da Guerra dos Farrapos. Depois, já na Europa, atuou na luta pela unificação italiana.



Malta, Humberto Costa e Marthia Oliveira na audiência da CPI das Próteses

Aplicativo ajudará a controlar preços de próteses, afirma diretora da ANS

Até agosto, a Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS) deve disponibilizar um aplicativo para dar acesso rápido, por celular, a dados sobre marcas, padrões e preços de órteses e próteses. O objetivo é prover informações que ajudem a corrigir distorções de valores cobrados no mercado, motivo frequente de conflitos entre planos de saúde e hospitais e clínicas. A discordância afeta os pacientes, que muitas vezes precisam recorrer à Justiça para conseguir próteses e órteses.

A informação é da diretora-presidente substituta da ANS, Martha Oliveira, que participou na quinta-feira de audiência da CPI das Próteses. Segundo ela, o banco de dados já é resultado do trabalho de uma comissão interministerial constituída para investigar e propor alterações em toda a cadeia de produção e comercialização de órteses, próteses e materiais médicos especiais.

— Hoje os nomes são diferentes, a maneira de vender é diferente e não se consegue

saber se uma prótese é igual à outra que tem preço menor. Por isso, é preciso padronizar — explicou.

Ela relatou casos como o de uma prótese de joelho que custava inicialmente R\$ 2.096 e chegou a R\$ 18.362 na fatura do plano de saúde, depois de custos de tributos e de comissões embutidas por intermediários e médicos e pelo hospital.

A comissão tripartite foi formada depois de denúncias sobre preços abusivos e fraudes praticadas por médicos e serviços privados de saúde. As denúncias motivaram a criação da CPI no Senado, presidida por Magno Malta (PR-ES). O senador, que coordenou a audiência de quinta-feira, informou que nesta semana a CPI fará diligências no Rio Grande do Sul.

As órteses auxiliam órgãos comprometidos, enquanto as próteses substituem aqueles que perderam completamente a capacidade. São exemplos pernas mecânicas, aparelhos de audição e marca-passos.

Avança revalidação de diploma de médico formado no exterior

A Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE) aprovou projeto que obriga os médicos formados em universidades estrangeiras a passarem pelo Exame Nacional de Revalidação de Diplomas Médicos. A prova vai avaliar se esses profissionais têm os mesmos conhecimentos, habilidades e competências exigidas dos médicos graduados no Brasil.

A relatora do PLS 138/2012, Ana Amélia (PP-RS), esclareceu que o exame de revalidação de diplomas, conhecido como Revalida, foi instituído por uma portaria dos Ministérios da Educação e da Saúde (Portaria 278/2011). No entanto, segundo a senadora, é importante que essa norma seja prevista em lei.

— Nós estamos criando um marco

legal. Já existe uma iniciativa ministerial, mas é uma questão que está abaixo da lei — explicou a senadora.

A proposta ainda será avaliada na Comissão de Educação. De acordo com informações do Ministério da Saúde, o Programa Mais Médicos conta hoje com 1.846 profissionais brasileiros e 12.616 estrangeiros, dos quais 11.429 cubanos.

A comissão também aprovou a criação de um grupo parlamentar entre o Brasil e o Cazaquistão para incentivar e desenvolver as relações entre os Legislativos dos dois países.

Também estava pronto para ser votado um projeto de Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) que previa um grupo parlamentar entre Brasil e Indonésia, mas a pedido da própria senadora e de outros



Senadora Ana Amélia defende que médicos estrangeiros passem por exame do MEC

parlamentares, a votação foi adiada. O presidente da CRE, Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP), informou que o projeto (PRS 21/2014) foi apresentado antes do fuzilamento, na Indonésia, de

dois brasileiros condenados por tráfico de drogas.

— Criarmos um grupo parlamentar neste momento em que se discute o fuzilamento de dois brasileiros poderia ter o viés positivo de abrir uma discussão, mas a simbologia seria que nós estaríamos admitindo a pena de morte para a prática de um crime — alertou José Agripino (DEM-RN).

Aloysio ainda anunciou que na quinta-feira a CRE receberá em audiência pública as venezuelanas Lilian Tintori e Mitzy Capriles. Elas são casadas com políticos opositores que foram presos pelo governo de Nicolás Maduro. Já a audiência com o ministro da Defesa, Jaques Wagner, foi adiada para 21 de maio.

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Renan Calheiros
Primeiro-vice-presidente: Jorge Viana
Segundo-vice-presidente: Romero Jucá
Primeiro-secretário: Vicentinho Alves
Segundo-secretário: Zeze Perrella
Terceiro-secretário: Gladson Cameli
Quarta-secretária: Ângela Portela
Suplentes de secretário:
 Sérgio Petecão, João Alberto,
 Elmano Férrer e Douglas Cintra

Secretário-geral da Mesa: Luiz Fernando Bandeira
Diretora-geral: Ilana Trombka

SECRETARIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

Diretora: Virgínia Malheiros Galvez
Diretora-adjunta: Edna de Souza Carvalho
Diretora de Jornalismo: Ester Monteiro

SECRETARIA AGÊNCIA E JORNAL DO SENADO

Diretor: Ricardo Icassatti Hermano
Diretor-adjunto: Flávio Faria
Coordenação de Cobertura: Rodrigo Chia
Serviço de Fotografia: Leonardo Alves Sá
Serviço de Portal de Notícias: Mikhail Lopes
Coordenação de Edição: Silvío Burle
Coordenação de Multimídia: James Gama
Site: www.senado.leg.br/noticias

JORNAL DO SENADO

Editor-chefe: Marcio Maturana

Edição e revisão: Cíntia Sasse, Fernanda Vidigal, Juliana Rebelo, Marina Domingos, Pedro Pincer, Ricardo Westin e Tatiana Beltrão

Diagramação: Beto Alvim, Ronaldo Alves e Wesley Moura

Tratamento de imagem: Afonso Celso F. A. Oliveira e Roberto Suguino

Arte: Cássio S. Costa, Claudio Portella e Diego Jimenez

Circulação e atendimento ao leitor: (61) 3303-3333

O noticiário do *Jornal do Senado* é elaborado pela equipe de jornalistas da Secretaria de Comunicação Social e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

Impresso em papel reciclado pela Secretaria de Editoração e Publicações (Segraf)



Rodrigo Morais, Renata Neder, senadora Regina Sousa (que presidiu a audiência), Ana Janaína Alves e Beatriz Galli

Para debatedores, mulher que aborta é discriminada

Em audiência sobre violação de direitos humanos, o atendimento médico às mulheres que decidem interromper a gravidez e a violência contra jovens negros foram apontados como problemas do país

JOVENS NEGROS DO sexo masculino são as maiores vítimas da violência no Brasil e são também os mais encarcerados. As mulheres que abortam são discriminadas no atendimento nos hospitais, sofrem violência obstétrica e têm o sigilo entre paciente e profissional de saúde violado ao serem denunciadas. As constatações foram discutidas em audiência que avaliou relatório recente da Anistia Internacional sobre violação aos direitos humanos.

— Essas realidades se aproximam por uma questão, que é a violação do direito à vida e à saúde — resumiu a coordenadora-geral de Saúde da Mulher do Ministério da Saúde, Maria Esther de Albuquerque Vilela, na audiência feita pela Comissão de Direitos Humanos (CDH) na quinta-feira.

Ela defende o atendimento da mulher pelo sistema de saúde, sem discriminação, nos casos de aborto permitidos pela lei: quando é vítima de violência sexual, quando a gestação põe em risco sua vida

e quando o bebê é anencéfalo. Maria Esther disse que os dados sobre estupro são alarmantes, agravados pela possibilidade de a mulher engravidar. Por isso, o serviço médico deve atendê-la precocemente, para auxiliá-la a evitar a gravidez, se assim quiser, com uso da pílula do dia seguinte, por exemplo.

A representante do Comitê Latino-Americano e do Caribe para a Defesa dos Direitos da Mulher (Cladem), Beatriz Galli, mencionou pesquisa do Ministério da Saúde e Universidade de Brasília que revelou o perfil da mulher que interrompe a gravidez: é casada, tem filhos e religião e vem de todas as classes sociais. Das entrevistadas, 15% declararam ter feito aborto.

Dados citados por Rurany Ester Silva, da Secretaria de Políticas para Mulheres, indicam que em Brasília o aborto é a primeira causa de morte materna. As mortes poderiam ser evitadas, já que as mulheres que induzem o aborto adiam a busca ao atendimento por medo de processos, porque

é prática corriqueira o corpo médico romper o sigilo, agindo contra norma do Ministério da Saúde, acrescentou Beatriz Galli. Maus-tratos, discriminação, atendimento demorado e até curetagem sem anestesia são práticas comuns, como forma de penalizar quem aborta.

— No Brasil, o aborto é questão de saúde pública. Ele penaliza mais as mulheres negras, pobres e jovens que acessam os serviços públicos de saúde para finalizar um aborto iniciado em condições inseguras. É sabido que a criminalização e as leis restritivas não levam à eliminação ou redução de abortos provocados, além de aumentarem os riscos.

Dois participantes do público criticaram o que consideraram “defesa da legalização do aborto” pelas palestrantes. Regina Sousa (PT-PI), autora do pedido da audiência e que a presidiu, explicou a elas que nesta semana deve ser feito debate com representantes contra o aborto, requerido por Magno Malta (PR-ES).

Homicídios de jovens negros crescem no Brasil

Em 2012 houve 56,3 mil homicídios no Brasil. Desse total, 30 mil eram jovens de 15 a 29 anos, dos quais 71,5% eram negros. O número de mortes entre jovens brancos vem caindo, enquanto o de negros aumentou 32,4% desde 2001. A situação piora dependendo do estado, da escolaridade e do nível de pobreza, esclareceu Ana Janaína Alves, da Secretaria Nacional de Juventude:

— Na Paraíba, o risco de um jovem negro ser morto é 13,4 vezes maior que o de um branco. Em Pernambuco, 11,57. A média brasileira é 2,7.

Em 2012, 60,8% da população carcerária era negra. O perfil predominante dos encarcerados é semelhante ao perfil dos jovens mortos:

negros, do sexo masculino.

— O Brasil prende muito e prende mal. De 40% a 50% dos encarcerados estão aguardando julgamento e a maioria é presa por crime ao patrimônio ou tráfico de drogas, e não por crime contra a vida — observou Renata Neder, da Anistia Internacional.

Já Andréia Macêdo, representante da Secretaria da Segurança Pública do Distrito Federal e coordenadora do Pacto pela Vida, mencionou que o governo federal, estados e municípios deveriam se concentrar nas experiências que tiveram êxito na redução da violência para fazer um trabalho conjunto, sistematizado. Ela observou que, por mais que a sensação seja de crescimento da insegurança,

há experiências no país onde houve redução da criminalidade a partir de alterações nas políticas de segurança pública, como em Minas Gerais e em Pernambuco. Mas, para isso, são necessárias lideranças políticas que se sintam responsáveis e se empenhem na busca de soluções, opinou.

Andréia frisou que o problema da violência é multicausal, não se restringe à segurança pública ou a uma causa policial. E que deve ser desfeito o discurso de que a vítima de homicídio estava envolvida com crime ou drogas e por isso “merecia morrer”.

Também participou da audiência o chefe da Assessoria Internacional da Secretaria de Direitos Humanos, Rodrigo Morais.

Senado organiza visita técnica para esposas de militares

O Senado recebeu, na quarta-feira, as participantes do Curso de Extensão Cultural da Mulher, voltado para as esposas de militares do Exército. Com duração de sete meses, de abril a novembro, o curso contou com o apoio da Procuradoria Especial da Mulher do Senado.

O encontro teve a participação de Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) e do coronel Marco Aurélio de Almeida Rosa, chefe da Assessoria Parlamentar do Exército. Após ouvir os convidados, as alunas participaram de uma visita técnica ao Senado e à Câmara, guiadas pelo Programa de Visitação do Congresso.

O grupo, formado por aproximadamente 120 pessoas, teve de ser dividido em três para a visita. A experiência, inédita para a maioria, foi motivo de expectativa, entusiasmo e aprendizado. Tchesca Cavalcante, esposa de militar, elogiou o conteúdo do curso.

— Conhecer o Congresso tem sido ótimo. Eu, por exemplo, não tinha ideia do que a assessoria parlamentar

faz. Estou há três meses em Brasília e essa experiência tem agregado muito. Como esposa de militar, sei que nós temos que ter um perfil específico. Se não tiver, a família se desestrutura — afirmou, ressaltando que, em 25 anos de casamento, já mudou de estado pelo menos 20 vezes.

Experiência semelhante tem Gorette Neris, que chegou a Brasília há oito anos para acompanhar o marido. Segundo ela, a participação em palestra e visitas tem sido proveitosa.

— Estou gostando muito. É uma interação muito boa e proporciona a quebra de paradigmas — disse.

O coordenador da Visitação Institucional do Senado, Aguirre Estorilio, destacou o evento:

— É muito importante esse tipo de encontro. Sem dúvida, é um prazer recebê-las. Hoje, faremos o roteiro tradicional da visita.

A iniciativa tem como objetivo fomentar a integração dos membros da família militar por meio de palestras, reuniões e visitas.

Comissão quer incluir Vale do Piancó na transposição do Rio São Francisco

A segunda reunião da comissão que acompanha as obras de revitalização do Rio São Francisco, na quarta-feira, foi marcada pela aprovação de plano de trabalho, que aborda temas como a normalização do fluxo das águas, a segurança dos solos, a viabilidade do cronograma e a preservação dos ecossistemas.

Os senadores também querem incluir o Vale do Piancó, na Paraíba, no projeto de transposição do São Francisco. Para o relator da comissão, Humberto Costa (PT-PE), a inclusão seria fundamental para o abastecimento de água e o desenvolvimento da região.

— Importante conglomerado, o Vale do Piancó reúne 18 municípios e integra a região

metropolitana do mesmo nome. Atualmente é grande produtora de arroz vermelho no país e cerca de 2 mil produtores participam do cultivo. A inserção da região no projeto daria impulso aos arredores.

Na reunião, Benedito de Lira (PP-AL) foi escolhido como vice-presidente da comissão. O presidente é Raimundo Lira (PMDB-PB).

De acordo com Benedito, será função da comissão minimizar os problemas pelos quais passa o São Francisco.

— Vamos cuidar ainda em tempo de encontrar caminhos para minimizar as dificuldades por que passa o rio.

A primeira audiência da comissão, ainda sem data, será com o ministro da Integração Nacional, Gilberto Occhi.

Aloysio: acordo com Facebook pode violar neutralidade da rede

Aloysio Nunes (PSDB-SP) manifestou preocupação com a parceria negociada pela presidente Dilma com o Facebook, anunciada como uma



forma de fornecer aos brasileiros acesso grátis à internet. Para ele, entidades de defesa do consumidor se preocupam

com o princípio da neutralidade da rede, essência do Marco Civil da Internet, ainda não regulamentado.

— Não tendo ainda regulamentado a matéria, surge a parceria, que possivelmente violaria gravemente o princípio geral da internet: a neutralidade da rede.

Senadores marcaram audiência pública para quarta-feira, com o objetivo de debater os excessos da ação policial no estado, que deixou cerca de 200 pessoas feridas. Governador Beto Richa é um dos convidados



Policiais entram em confronto com manifestantes que protestavam contra projeto que altera a previdência estadual

Comissão repudia violência a professores no Paraná

A COMISSÃO DE Direitos Humanos (CDH) lançou na quinta-feira nota de repúdio (*veja ao lado*) à repressão policial contra manifestação de professores no Paraná, na quarta-feira, que deixou cerca de 200 pessoas feridas.

A comissão aprovou também audiência para discutir os excessos da ação policial no estado. Entre os convidados para debate, que será na quarta-feira, estão o governador do estado, Beto Richa, o secretário de Segurança, Francisco Francischini, e representantes da OAB e do sindicato dos professores.

Gleisi Hoffmann (PT-PR), que pediu a audiência, disse que pretende denunciar a ação desastrosa aos organismos internacionais de proteção aos direitos humanos, para que o governador Beto Richa “dê uma resposta sobre o que fez”.

— O que vimos lá não foi normal, foi uma violência descomunal. Não foi uma situação de confronto, foi de massacre.

Gleisi pede que assembleia não aprove projeto



Edilson Rodrigues/Agência Senado

Gleisi Hoffmann (PT-PR) lamentou a violência com que o governo do Paraná tem enfrentado protestos dos professores contra mudanças no plano de previdência do funcionalismo do estado. Ela disse que nunca havia visto tamanha truculência.

— Também participei da manifestação que faziam, aliás estive junto aos professores quando foram atingidos por bombas de gás lacrimogênio, por cacetetes da polícia e por uma truculência incomparável.

Em nome do Senado, ela e Roberto Requião (PMDB-PR) pediram aos deputados estaduais que não aprovassem o projeto que altera a previdência dos servidores paranaenses.

Nota

A Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa do Senado Federal manifesta repúdio à violência excessiva que tomou conta das ruas em frente à Assembleia Legislativa do Paraná, na quarta-feira (29).

A repressão atingiu e feriu centenas de professores e pessoas que transitavam pelo local. Nem crianças que estudavam em uma escola próxima foram poupadas, tendo sido expostas a traumas e à violência cometida contra seus mestres, os atingidos pela precarização das condições de trabalho.

Foram cenas de horror que aconteceram em virtude da incapacidade de gerenciamento da situação por parte do comando da Polícia Militar local e de seu comandante maior, o governador do estado do Paraná, Beto Richa.

É lamentável ver cenas graves de excessos e descontrole na ação policial, confirmadas mediante registro de imagens. O próprio repórter cinematográfico da Rede Bandeirantes foi violentamente atacado por um cão e filmou o gravíssimo ataque. Essa é mais uma demonstração do excesso que atenta contra a liberdade de expressão e de manifestação daqueles que ali protestavam por seus direitos.

Esta Comissão de Direitos Humanos torna público seu repúdio à repressão em nome de uma sociedade mais fraterna, baseada no diálogo e na construção de políticas que promovam o avanço, e não retrocessos e violência no seio de nossa nação brasileira.

Nossa solidariedade ao povo paranaense.

Desejamos pronto restabelecimento às vítimas desses ataques e convidamos para uma audiência pública a fim de debatermos a situação e os princípios de fundação da nossa democracia, em nome da liberdade de manifestação de opinião e da livre expressão, sem repressão contra trabalhadores e trabalhadoras.

Neste sentido, e para defender a população contra retrocessos democráticos, realizaremos audiência pública convocando o governador, Carlos Alberto Richa; o secretário de Segurança, Francisco Francischini; o chefe da Casa Militar, coronel Adilson Casitas; o ministro da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República, Pepe Vargas; o presidente do Sindicato dos Professores, Hermes Leão; o presidente da OAB Nacional, Marcus Vinícius Coêlho; o presidente da Fenaj, Celso Augusto Schröder.

Senador Paulo Paim
Presidente da Comissão de Direitos Humanos

Humberto condena ação policial contra manifestantes

Humberto Costa (PT-PE) condenou o uso da força contra professores da rede estadual do Paraná durante manifestação na semana passada, em Curitiba.

Ele reclamou que os policiais usaram força desproporcional, com bombas de gás e balas de borracha, no confronto que deixou cerca de 200 pessoas feridas, sendo 15 em estado grave.

Ele disse ser lamentável que a violência ocorra às vésperas do Dia do Trabalho e que, neste 1º de maio, dois pontos estão em destaque:

— O primeiro é a preservação dos direitos sociais, que hoje se consolida no enfrentamento à proposta de terceirização. O outro, a defesa da liberdade sindical, da liberdade de expressão.

Para Lindbergh, 1º de maio deste ano ficará marcado



Waldemir Borreto/Agência Senado

Ao saudar o Dia do Trabalho, Lindbergh Farias (PT-RJ) prestou solidariedade, na quinta-feira,

aos professores e servidores do Paraná que, na quarta, “foram vítimas de ação desproporcional da polícia do estado”, quando mais de 200 pessoas ficaram feridas.

Lindbergh crê que o 1º de maio deste ano será marcado pelo repúdio ao que ocorreu com os professores no Paraná e ao projeto de terceirização.

— Como falar em dignidade humana se 80% das mortes em acidentes de trabalho ocorrem no universo dos trabalhadores terceirizados? Nenhum direito a menos será admitido nesta Casa — afirmou.

ACONTECEU NO SENADO



Jefferson Ruy/Agência Senado

Senadores votaram medida que alivia governos estaduais e municípios

Aprovada aplicação de novo índice da dívida de estados

■ O Senado aprovou na terça-feira projeto que obriga a União a adotar o novo indexador das dívidas de estados e municípios: IPCA mais juros de 4% ao ano em vez do IGP-DI mais juros de 6% a 9% anuais. A mudança alivia governos estaduais e municípios. O projeto (PLC 15/2015) recebeu emenda que permite ao governo adiar a aplicação da nova regra até janeiro de 2016.

FIM DO SIGILO NO BNDES

■ Na quarta-feira, foi aprovado em Plenário projeto derivado da MP 661. O texto liberou R\$ 30 bilhões ao BNDES e proibiu sigilo nas operações do banco, inclusive no exterior.



Marcos Oliveira/Agência Senado

CRIADA A CPI DO CARF

■ Está pronta para ser instalada a CPI do Carf, que vai apurar fraudes no Conselho Administrativo de Recursos Fiscais. A proposta da CPI partiu do senador Ataídes Oliveira (PSDB-TO).



Waldemir Borreto/Agência Senado

PROJETO DA TERCEIRIZAÇÃO DEVE MUDAR

■ Começou a tramitar na terça-feira o PLC 30/2015, que regulamenta a terceirização no país. Aprovado na Câmara, o projeto enfrenta resistência de senadores que rejeitam a norma para atividades-fim.



André Corrêa/Agência Senado

DEBATEDORES PEDEM CLAREZA NO FIES

■ Em audiência na Comissão de Ciência e Tecnologia, na terça-feira, debatedores concordaram que eram necessárias regras mais rigorosas para o Fies. Mas disseram que faltou transparência nas mudanças feitas pelo governo.

BENDINE FAZ BALANÇO DA PETROBRAS

■ Na terça-feira, o presidente da Petrobras, Aldemir Bendine, participou de audiência pública. Disse que o preço dos combustíveis é justo e que está buscando recuperar as perdas bilionárias causadas pela corrupção. Senadores cobraram soluções para a paralisação de obras nos estados.



Marcos Oliveira/Agência Senado

MP DO SEGURO-DESEMPREGO

■ A MP 665, que alterou as regras para o acesso ao seguro-desemprego e integra o ajuste fiscal do governo, foi aprovada pela comissão mista encarregada de analisá-la. O relator, senador Paulo Rocha (PT-PA), reduziu os prazos de carência para obtenção do seguro. A MP terá de passar pelos Plenários da Câmara e do Senado.

TRANSPORTES SEM VERBA

■ O ministro dos Transportes, Antonio Carlos Rodrigues, admitiu em audiência, na quarta-feira, que a pasta teve de interromper obras e que não há previsão para retomá-las.

“PIRÂMIDE DE PRIVILÉGIOS”

■ Na terça, o ministro da Cultura, Juca Ferreira, criticou a Lei Rounet. Ele disse que a legislação criou uma “pirâmide de privilégios”, concentrando recursos em mãos de poucos produtores.